

ESTUDANTES PELO COMUNISMO

20 ABRIL 76

2

ANOS DE LUTA

20 ABRIL 78

ANOS DE ORGANIZAÇÃO

III CONFERÊNCIA NACIONAL



CADERNO 1 ★ ANÁLISE DA
SITUAÇÃO
ACTUAL

- A ▶ O PODER BURGUEZ E AS ESCOLAS
- B ▶ A SITUAÇÃO DOS ESTUDANTES
- C ▶ A CORRELAÇÃO DE FORÇAS E AS FORÇAS POLÍTICAS

BOLETIM INTERNO DO SECTOR ESTUDANTIL

comissão permanente da COORDENADORA
NACIONAL

PREÇO: 2.50 = 20.4.78 =

Nº 19 - ANO III



1. Com a formação do Governo Provisório em 1964, o Brasil passou por uma profunda transformação política. O novo regime buscou estabelecer uma ordem social baseada na justiça social e no desenvolvimento econômico, visando à melhoria das condições de vida da população e à consolidação da democracia.

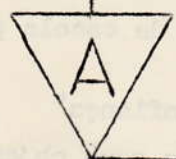
2. Na realidade, a formação do Governo Provisório em 1964 marcou o início de um período de autoritarismo no Brasil. O novo regime buscou estabelecer uma ordem social baseada na justiça social e no desenvolvimento econômico, visando à melhoria das condições de vida da população e à consolidação da democracia.

3. A formação do Governo Provisório em 1964 marcou o início de um período de autoritarismo no Brasil. O novo regime buscou estabelecer uma ordem social baseada na justiça social e no desenvolvimento econômico, visando à melhoria das condições de vida da população e à consolidação da democracia.

4. Esta situação estratégica do Brasil em 1964 marcou o início de um período de autoritarismo no Brasil. O novo regime buscou estabelecer uma ordem social baseada na justiça social e no desenvolvimento econômico, visando à melhoria das condições de vida da população e à consolidação da democracia.

5. Dentro deste quadro, a luta pelo controle das instituições sociais tornou-se de suma importância para a manutenção do novo tipo de poder. O objetivo principal era a consolidação do novo regime e a melhoria das condições de vida da população.

O PODER BURGUEÊS E AS ESCOLAS



6. Estas condições sociais e econômicas tornaram-se fundamentais para a consolidação do novo regime e a melhoria das condições de vida da população.

1. Com a formação do Governo PS/CDS entra-se numa nova fase da luta política no nosso país, onde a formação do II Governo Constitucional apresenta um avanço significativo da direita mais reaccionária, ela própria interessada em substituir progressivamente o PS na direcção dos ataques ao movimento popular e na imposição de uma política burguesa de subordinação ao imperialismo e de recuperação capitalista.

2. Na realidade a formação do governo PS/CDS, representa uma solução mais autoritária do que aquela que fosse conseguida na base de novas eleições gerais e representa também a incapacidade do movimento popular impôr uma alternativa completa e concreta ao avanço da burguesia. Burguesia essa que, servindo-se das instituições (democrático-burguesas) que criou, conseguiu fazer a recomposição do bloco no Poder. Esta recomposição permitiu-lhe-a agora avançar mais intensamente nas tentativas de amordaçar e reprimir as lutas dos trabalhadores pela defesa das conquistas mais significativas, e também reprimir as dos trabalhadores contra a política da burguesia. E nunca é demais dizer que esta política não se resume ao ataque e destruição das conquistas conseguidas na luta após o 25 de Abril.

3. A formação deste governo com o CDS é a ultrapassagem definitiva de sectores pequeno-burgueses pela burguesia na liderança do Poder e é uma expressão do carácter dominante da classe burguesa ao nível da sociedade no sentido de concretizar a ofensiva estratégica para a reconstrução do seu aparelho de exploração, repressão e dominação no quadro de um regime democrático-burguês.

4. Esta ofensiva estratégica da burguesia não se confunde com a busca de soluções fascistas e fascizantes para perpetuar a sua dominação; a presença do CDS no governo demonstra bem que a consolidação do Poder burguês far-se-á nesta fase com o reforço do seu autoritarismo, quer legal quer repressivamente, orientar-se-á para a tentativa de aniquilar alguns aspectos que têm sido "tolerados" até agora. Esta será uma constante política do novo governo em todas as frentes. A sua política será uma continuação reforçada e corrigida da política que o I Governo do Dr. Soares vinha pondo em prática.

5. Dentro deste quadro, a luta pelo controle dos aparelhos escolares reveste-se de uma importância enorme para a burguesia. O novo bloco no poder irá, obviamente, reforçar a concretização de uma política para repôr totalmente os aparelhos escolares sob o controle da burguesia. Tanto no campo institucional como no político e ideológico. E isto far-se-á com um reforço do autoritarismo nas escolas, cujas formas poderão ser mais ou menos intensas conforme a combatividade e a capacidade de resistência se dotar a juventude estudantil.

6. Já o Governo PS com Cardia no então MEIC tinha defendido um Plano Global de recuperação capitalista das escolas. Esse plano, guiado pelo imperialismo, é posto em prática pelo I Governo do Dr. Soares e tem objectivos bem precisos:

- restabelecimento do total controle da escola pelo aparelho de Estado;
- Criação de um corpo docente de "confiança"
- adequar os critérios de selecção aos seus objectivos
- restringir fortemente o acesso aos graus superiores de ensino
- criar escolas novas e paralelas

7. Estes objectivos aparecem claramente subordinados à grande meta traçada: "É preciso formar os quadros dirigentes" capazes de dirigirem o pro-

cesso em marcha de reconstrução do aparelho produtivo capitalista e aquele outro de manutenção e melhoramento da dominação e opressão do capital e da classe burguesa. Para isso seria necessário aplicar medidas que constituiriam um vigoroso impulso para a criação de condições tendentes a formar essa "classe dirigente".

8. Na realidade, o "decreto de gestão" que repõe o total controle estatal sobre as escolas e a reposição de exames de aptidão nacionais e dos "numerus clausus" como instrumentos mais importantes para a elitização/ração da Universidade foram duas medidas que historicamente teriam de ter lugar antes que preceder qualquer outra medida do plano de reconversão capitalista das escolas. Sem elas, a burguesia não conseguiria atingir nem um dos principais objectivos que traçou!

9. Foram duas medidas vitoriosas que tiveram o "condão" de simplificar a concretização da política burguesa, que desde início definiu a Universidade como o terreno fundamental de luta: a "classe dirigente" forma-se na Universidade e em mais nenhum lado. Foram duas medidas claramente políticas que visavam por um lado a redução da capacidade de acção das forças de esquerda arredando-as da gestão das escolas e quebrando a autonomia destas face ao aparelho de Estado (no caso do decreto de gestão) e por outro lado, um esforço de valorização do canudo estabelecendo rigidamente restrições quanto ao número de licenciados pelas Universidades (no caso dos numerus clausus e dos exames de aptidão nacionais).

10. A burguesia, contudo, ainda não operou uma profunda transformação do ensino em Portugal em geral e no ensino médio e superior em particular.

E não o fez, não por incapacidade de formulação do seu projecto, mas porque quer a situação política mais geral, quer a significativa resistência que foi erguida pelo movimento estudantil, a obrigam a usar uma tática "mais lenta" e não repentina e global, de concretização do seu plano.

11. Acresce ainda dizer que a concretização do seu plano encontrará na prática diversas contradições e entraves difíceis de superar a curto prazo. Essas contradições têm a sua natureza no agravamento da crise económica, que é o mesmo que dizer o agravamento da crise capitalista. Na realidade a debilidade da burguesia portuguesa, que a própria subordinação ao imperialismo não consegue esconder, impede-a de processar uma rápida transformação quer do conteúdo do ensino quer da estrutura dos diversos aparelhos que compõem o aparelho escolar. Concretizando: a redefinição da pirâmide hierárquica do processo produtivo e do processo de dominação política do capital exige prioritariamente uma forte atenção na formação de quadros da topo ("classe dirigente") o que implicará obviamente um aumento do reforço do número de técnicos de produção e de funcionários para lugares de enquadramento médio no sector administrativo.

12. E é aqui que reside o problema. O agravamento da crise económica capitalista, a necessidade de reposição da taxa de exploração e a reposição acelerada da acumulação de capital, as exigências do imperialismo que impõem uma taxa de desenvolvimento igual a zero, impedem a massificação das áreas de ensino ligadas à produção no futuro ensino superior curto. Por outro lado, o desenvolvimento do sector administrativo do funcionalismo, que é uma característica dos países altamente dependentes dos grandes centros imperialistas, não sofrerá em Portugal um aumento suficiente para permitir uma modificação das áreas de ensino ligadas à formação de quadros intermédios para este sector.

13. Hoje torna-se mais claro que o objectivo do Poder em transformar as Universidades em instituições para a média e grande burguesia. Por isso a viragem que o movimento estudantil, ou melhor, a juventude estudantil atravessa é reflexo da viragem da pequena-burguesia.

14. De qualquer forma, a crise da Universidade está profundamente ligada à crise e debilidade da burguesia, que desde 1968 tem-se mostrado incapaz de colocar estas instituições como centros de formação dos seus quadros dirigentes. Mesmo sabendo o que é a selecção pré-universitária a batalha onde se ganha e perde a elitização da Universidade, o novo bloco no Poder parece agora dar grande importância a outro sector, do qual poderá vir a recolher frutos a médio prazo: o Sector Privado do Ensino, o grande cavalo de batalha do CDS, e no qual estão a investir grandes esforços para a sua dinamização e desenvolvimento.

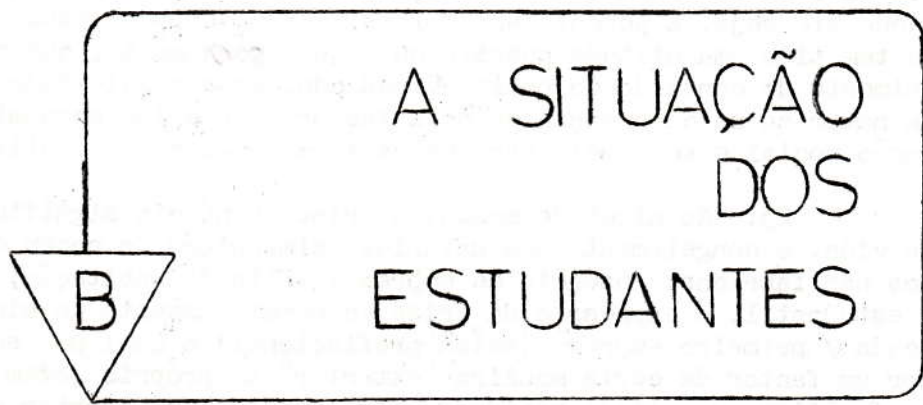
15. Contudo, daquilo que dissémos atrás, não se pode retirar linearmente a conclusão de que o Governo pouco ou nada irá fazer porque se encontra no poço das contradições! As consequências dessas contradições vão-no remeter para uma política de lançamento de medidas não-globais, mas sim parciais e sectoriais.

16. Concretizando melhor: não será previsível a curto prazo o lançamento de nenhuma medida global susceptível de generalizar processos de luta de carácter nacional. O reforço burguês nos aparelhos escolares está centrado nesta fase em:

- não deixar perder os mecanismos repressivos da selecção pré-universitária imposta há bem pouco tempo;

- na imposição do aumento do ritmo de estudo e adequar os critérios de selecção aos seus objectivos;

- nas transformações curriculares em cada ramo de ensino e escola.



17. Quatro anos se passaram desde o 25 de Abril, quatro anos de profundas transformações políticas, sociais e económicas, quatro anos marcados por fortes contradições e antagonismos de classe cujas expressões diversas abalaram e agitaram a consciência de largas massas.

O jovem estudante que hoje entra no ensino secundário tinha 6/7 anos de idade; aquele que hoje entra na Universidade tinha 13/14 anos e toda a sua adolescência desenvolveu-se em todo aquele período de transformações.

18. Estes factos só por si não dizem nada. Mas dentro do quadro do reforço da institucionalização da democracia burguesa e num momento em que a burguesia repõe, ganha e generaliza a sua ideologia e os seus valores estes factos ganham uma importância e uma dimensão à qual os revolucionários terão de dar atenção. Porque é da análise do estado subjectivo das massas estudantis (factores ideológicos e psicológicos) e da sua confrontação com aquela do estado objectivo, que os revolucionários estarão à altura de definir as palavras-de-ordem correctas para o momento presents.

19. Em momentos anteriores, a juventude estudantil desenvolveu o seu próprio movimento. Primeiro na contestação ao regime e à escola fascista e capitalista; depois para a transformar na luta após o 25 de Abril. Nesses momentos o movimento estudantil desenvolveu-se porque estavam definidos os objectivos políticos e os instrumentos de luta que lhe permitia integrar-se e contribuir para o desenvolvimento do movimento popular.

§ 20. Mas hoje a situação é algo diferente! O momento que atravessamos é caracterizado pela inexistência dum movimento estudantil com objectivos políticos precisos e incapaz de definir os instrumentos necessários que contribuam para a sua reorganização e relançamento de uma iniciativa combativa. E na actual situação torna-se mais difícil manter uma continuidade de trabalho de um dia para o outro e agrava a perda fácil da memória de luta, o que também é um factor para a desagregação do movimento.

21. Portanto face a esta situação a tarefa prioritária dos revolucionários é dirigirem uma acção que reorganize e levante o movimento estudantil, definindo os seus objectivos políticos para a actual fase e também os instrumentos capazes de o lançar para a luta. Mas para tal teremos de analisar mais pacientemente porque é que ^{se deu} a desagregação e caracterizar rigorosamente o estado subjectivo da juventude estudantil.

22. No momento presente, embora não cabalmente a burguesia dirige a formação de milhares de jovens e recoloca a tarefa da sua escola: inculcar ao jovem os valores da ordem e da aceitação, formar o homem submisso que a sociedade quer que ele seja. E perante esta ofensiva a juventude estudantil em termos de massa tem tido uma atitude passiva ou de acomodamento, que não ^{deveria} ~~direct~~ e fundamentalmente do conteúdo do ensino vinculado. Essa passividade ou acomodamento tem a sua natureza na conjugação de dois factores: a crise económica e a ilusão da promoção social e económica através da formação escolar qualificada.

23. Ao nível de massa, a crise económica significa o aumento do custo de vida, o congelamento dos salários, diminuição do poder de compra, despedimentos nas fábricas, ausência de emprego, falta de habitação, etc. Para a juventude estudantil, a expressão da crise económica assenta no binómio formação qualificada / primeiro emprego (saída profissional) o qual por sua vez já é de mina do por um factor de certa maneira "exterior" ao próprio jovem estudante: o rendimento familiar ou a (in)capacidade desse rendimento suportar a formação escolar "total" (primário - secundário - superior).

24. Porque o agravamento da crise económica impede milhares de estudantes de continuarem os seus estudos uma vez que o rendimento familiar não con-

segue suportar esse encargo suplementar, o que antecipa o lançamento do jovem na disputa do melhor lugar no mercado de trabalho. Esta expressão da crise vem reforçar o papel que a burguesia dá à escola em primeiro lugar - a escola é uma "fábrica" que produz mercadoria de alto valor para a classe dominante: a força de trabalho diferentemente qualificada.

26. Sendo já significativas as consequências da selecção económica nos diversos graus de ensino, ela no entanto, não tem ainda o peso e importância determinantes naquilo que hoje se passa ao nível da consciência estudantil e particularmente da sua não-movimentação. O problema situa-se noutra terreno: o terreno dos comportamentos e atitudes praticadas pela grande massa dos estudantes que são impulsionados por todo um sistema ideológico nitidamente burguês, que a crise económica precipita e que assume formas suficientemente graves e que desmobilizam a juventude estudantil.

27. Ou seja, o medo de não conseguir atingir os limites para alcançar a promoção social e económica transmite-se de forma aguda para a grande massa de estudantes, o que a obriga a proceder a uma forte inflexão para dentro da escola, para dentro do grau de ensino, para dentro do curso, para dentro da turma que frequenta...

28. Esta inflexão processa-se e desenvolve-se na ânsia de conseguir uma colocação profissional que não está garantida à partida para qualquer um. E isto hoje sabem-no e sentem-no milhares de jovens estudantes, por que apercebem-se mais claramente de uma situação desvantajosa e difícil em relação ao seu futuro.

29. Esta inflexão tem forte influência na desmobilização e desagregação do M.E. e que corresponde claramente a uma viragem da pequena burguesia, face ao agravamento da crise económica. Em situações destas a pequena burguesia é um estrato social fortemente solicitado pelos valores e ideologia a que aspira pertencer (nem que mais não seja nos seus hábitos) recedendo a proletarização ou o desemprego de massa.

30. A grande massa dos estudantes (originários esmagadoramente da pequena e média burguesias) relacionam-se relacionando-se com a crise de uma forma muito particular, assumem atitudes, modos de pensar e de ser que objectivamente não servem as perspectivas de combate à política governamental.

31. Ou seja: a situação desvantajosa e difícil em relação ao seu futuro é em parte "compensada" pela perspectiva mínima de uma carreira, na procura de garantir o resto da sua vida. Isto acarreta um agravamento da dependência em relação à autoridade estabelecida e a formação e desenvolvimento de uma atitude de concorrência em relação aos companheiros de estudo e trabalho, que se opõe ao desenvolvimento da solidariedade e reforço dos laços que unem os jovens, colocados perante o agravamento da sua própria situação de jovens.

32. Só assim se explica o facto de a grande maioria dos estudantes estar pronta a aceitar os exames de aptidão nacionais, os *numerus clausus* e a forte selectividade ao longo dos anos. Essa aceitação dá-se porque a grande massa dos estudantes se identifica com as medidas repressivas ou pelo menos acomoda-se e aceita passivamente a ordem imposta.

33. Por outro lado, na actual fase, esta situação favorece o facto de o estudante ser chamado a participar na imposição dum modo de organização da escola e do espaço tendentes a refrear e reprimir "democraticamente" a sua própria consciência: aumento dos ritmos de estudo e imposição de um esquema de "democracia" parlamentar baseado na representatividade de opiniões, posições e decisões em terceiros.

34. A selecção como instrumento de promoção social, a ausência de democracia no seio das escolas, o afastamento compulsivo do estudante da vida interna da escola, a desorganização do ME e um MA fraco implicam uma subordinação à partidização da vida escolar e a consequente referenciação de massa aos grandes partidos e também o afastamento de largos sectores de estudantes de toda e qualquer espécie de actividade.

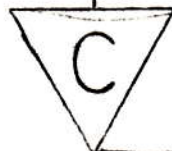
35. Tudo isto cria melhores condições para a recolocação das funções da escola capitalista. Até agora a classe dominante e o seu poder têm tido a capacidade de transformar os pontos de ruptura com o sistema numa atitude passiva e de aceitação. Isto só se explica pelo facto da crise da escola capitalista e a crise económica, serem homogeneizados e globalizados pela ideologia burguesa face à secundarização da força ideológica e política dos revolucionários. É preciso ganharmos a capacidade de perceber que a situação objectiva não se transpõe de forma imediata e directa para a consciência política (situação subjectiva) e também que hoje se torna mais difícil, a curto prazo, os estudantes contestarem a natureza do poder político, como o souberam fazer em situações históricas anteriores.

36. Por outro lado, o ano lectivo que decorre ainda, é caracterizado pelo facto de ter existido um forte refluxo do ME, que também tem a sua natureza nas derrotas significativas nos 3 processos de luta do ano passado: decreto de "gestão"; luta de Coimbra; numerus clausus e exames de aptidão nacionais. Essas derrotas vêm precipitar o esvaziamento dos objectivos de luta do ME na actual fase.

37. No entanto, a evolução da situação vai permitir não só amadurecer as condições objectivas para a reorganização e o reerguer do ME, como também as subjectivas. Ou seja: a instituição escola continua em crise e está longe de ser superada a curto prazo, e vai-se viver um largo período caracterizado por pequenas e constantes alterações na estrutura do aparelho escolar, que corresponderão a tantas outras medidas lançadas pelo poder burguês. Por esta razão, o sobressalto, a insegurança, a falta de perspectivas e a indefinição clara dos objectivos de vida vão influenciar muito a atitude política da juventude estudantil.

38. Os eixos de mobilização da juventude estudantil existem e é sobre eles que os revolucionários hoje devem trabalhar árdua e intensamente, como condição fundamental para a reorganização do ME. Isto é: os estudantes estão virados intensamente para dentro de um aparelho onde se disputa um permanente combate ideológico que se irá agudizar com o agravamento da crise capitalista; por isso existem a curto prazo condições para que os eixos de mobilização se transformem em pontos de ruptura com a escola capitalista e o sistema, mas desde que os revolucionários assumam o seu papel de direcção na sensibilização e mobilização da juventude estudantil contra a política autoritária do MEC e do governo.

A CORRELAÇÃO DE
FORÇAS E AS FORÇAS
POLITICAS



39. No terreno estudantil é sempre difícil definir com precisão uma dada relação de forças mais ou menos estável, para um período de um ano como aquele em que iremos concretizar as palavras de ordem que apontamos.

40. Na realidade, o grupo estudantil sendo extremamente sensível aos conflitos sociais que o envolvem, pode oscilar entre posições de contestação à natureza do poder político e às medidas que vão sendo lançadas e posições de passividade e de acomodação ao poder.

41. Essa acomodação ao poder já a caracteriza atrás. Mas importa também definir quais as suas causas políticas globais: com o 25 de Novembro a correlação de forças entre o proletariado e a burguesia sofre uma alteração radical e assiste-se também a uma perda de força da esquerda revolucionária (política e ideológica) que gera, naturalmente, uma descrença quanto às possibilidades de obrigar o poder burguês a retroceder significativamente face às movimentações populares.

42. Se isto não era completamente e massivamente visível no grupo estudantil, a verdade é que com as derrotas significativas na luta contra a "entrada do 25 de Novembro nas escolas" a juventude estudantil tem-se caracterizado por um baixar-os-braços face às medidas do poder, que se traduz num salve-se quem puder, dentro ou fora das regras do jogo, mas sem nunca as pôr consequentemente em causa.

43. Esta situação exprime o atraso do movimento de resistência nas escolas e também o isolamento dos estudantes face às lutas que se desenvolvem progressivamente nos locais de trabalho contra o agravamento da situação económica das massas trabalhadoras.

44. Hoje, e como resultado destas expressões específicas do processo político, a situação actual nas escolas é caracterizada por continuar a haver uma forte polarização entre a esquerda e a direita quanto a hegemonia ideológica dos estudantes, e por estar-se a desenhar uma tendência de alargamento das camadas intermédias e oscilantes, face à crescente insegurança provocada pelas pequenas medidas do MEC.

45. Apesar de não ter havido processos de luta globais neste ano lectivo que ainda decorre e apesar de os chamados problemas pedagógicos das escolas e as alternativas que se colocam serem débilmente colocadas e devidamente sentidas respectivamente, a verdade é que a maioria dos estudantes tem mantido posições progressistas e anti-fascistas, bem expressas na diminuição da base eleitoral da direita. Por outro lado, a generalidade das forças de esquerda, através de posições significativas que ocupam tanto no terreno associativo como no da defesa de aspectos importantes e positivos no funcionamento das escolas, têm tido a capacidade de anular a influência das forças de direita e fascista junto das camadas de estudantes dos primeiros anos e deslocá-los para posições de esquerda!

46. Os revolucionários mantêm fortíssimas posições no seio dos estudantes, que derivam do facto de nunca se terem absterido de intervir nas escolas e por isto mesmo terem uma linha de intervenção definida e com forte expressão. Por outro lado o agravamento da crise permite o alargamento de sectores radicalizados de estudantes, que em momentos pacíficos e sem processos de luta, têm-se constituído numa sólida base de apoio às posições revolucionárias

47. A UEC recuando progressivamente no seu discurso, mostra bem a sua natureza reformista e revisionista, que só a inexistência de processos de luta e a existência dum aparelho partidário forte tem permitido reforçar a sua influência no seio dos estudantes.

48. Esta situação cria portanto uma situação de maior equilíbrio no

ME progressiva entre as direcções revolucionária e reformista, pelo que a definição dos objectivos e instrumentos de luta contra a política autoritária do MEC vão ser os pontos que permitirão uma crescente afirmação das posições revolucionárias.

49. As forças da direita aparecem agora mais divididas, para o que muito influenciou a formação do governo que acasalou o PS e o CDS. Na actual situação estas 3 forças dificilmente conseguirão plataformas conjuntas de trabalho, embora todas elas proponham a intensificação do autoritarismo nas escolas.

50. A JS tendo sido ultrapassada decisivamente pela direita não só agravou a sua incapacidade de se afirmar como o representante estudantil do governo, como não consegue também deixar de ser uma organização direitista e minoritária, que os diversos arrufos de paleio de "esquerda" não consegue esconder e chamar mais estudantes às suas fileiras.

51. A direita mais reaccionária aparece claramente organizada em torno da JSD, e tenderá a distanciar-se e criticar mais intensamente a JC, até porque esta também "está" no governo.

52. Com o agravar da situação nas escolas, não só a direita se apresentará dividida como se mostrará incapaz de apontar medidas capazes de ganharem a aceitação dos estudantes. Na realidade o seu afastamento das questões pedagógicas retirar-lhe-á capacidade de iniciativa e inclinar-se-á progressivamente para os sucessivos apelos ao reforço do autoritarismo legalista governamental, mostrando assim os seus verdadeiros objectivos em destruir tudo o que de progressista existe e é possível alcançar com certo vigor nas escolas.